

## Entrevista à Profa. Dra. Maria Lília Imbriha Sousa Colares e à Profa. Dra. Maria Elisa Huber Pessina: respectivamente, Vice-Presidente Região Norte – SBEC e Vice-Presidente Região Nordeste – SBEC

Interview with Prof. Dr. Maria Lília Imbriha Sousa Colares  
and Prof. Dr. Maria Elisa Huber Pessina:  
respectively, Vice-President North Region – SBEC  
Vice-President Northeast Region – SBEC

Entrevista a la Profa. Dra. Maria Lília Imbriha Sousa Colares  
y a la Profa. Dra. Maria Elisa Huber Pessina:  
respectivamente, Vicepresidenta Región Norte – SBEC  
Vicepresidenta Región Noreste – SBEC

Maria Lília Imbriha Sousa Colares<sup>1</sup>  
Maria Elisa Huber Pessina<sup>2</sup>



Professora Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), onde é Coordenadora Adjunta do Programa de Pós-graduação em Educação (PPGE). Atualmente é pesquisadora PQ2 do CNPq e Editora Científica da Revista Exitus. Atuou como Vice-Coordenadora do Fórum de Editores de Periódicos de Educação das Regiões Norte e Nordeste (2016-2022) e é Vice-Presidente da Região Norte da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC). Desde 2008 é Avaliadora Institucional e de Curso do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Desde 2010 é Coordenadora Adjunta do Grupo de Estudos e Pesquisas *História, Sociedade e Educação no Brasil* (HISTEDBR/UFOPA).

Professora da Universidade Salvador (PPGA/Unifacs) e da Universidade Estadual da Bahia (UNEB). Lidera o eixo temático "Estado, Governança Global e Organizações Supranacionais: gestão e políticas públicas no plano internacional" no Encontro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração (EnANPAD). Faz parte do conselho fiscal da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP) e é Vice-Presidente Nordeste da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC). É também *head of research* em *Blended Finance* na Aliança brasileira de pesquisadores dedicados à pesquisa em Finanças e Investimentos Sustentáveis (BRASFI).



<sup>1</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5915-6742>

<sup>2</sup> ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-7255-2301>

---

**RESUMO:** No âmbito da celebração dos 40 anos da Sociedade Brasileira de Educação Comparada, a Revista Brasileira de Educação Comparada entrevista a Professora Doutora Maria Lília Imbriha Sousa Colares, enquanto Vice-Presidente Região Norte – SBEC, e a Professora Doutora Maria Elisa Huber Pessina, enquanto Vice-Presidente Região Nordeste – SBEC.

**Palavras-chave:** Educação Comparada. Campo de pesquisa e identidade. Avanços, crítica e disseminação.

**ABSTRACT:** As part of the celebration of the 40th anniversary of the Brazilian Society of Comparative Education, the Brazilian Journal of Comparative Education interviews Prof. Dr. Maria Lília Imbriha Sousa Colares, as Vice-President North Region – SBEC, and Prof. Dr. Maria Elisa Huber Pessina, as Vice-President Northeast Region – SBEC.

**Keywords:** Comparative Education. Research field and identity. Advances, critique and dissemination.

**RESUMEN:** En el marco de la celebración del 40 aniversario de la Sociedad Brasileña de Educación Comparada, la Revista Brasileña de Educación Comparada entrevista a la Profesora Maria Lília Imbriha Sousa Colares, como Vicepresidenta Región Norte – SBEC, y la Profesora Maria Elisa Huber Pessina, como Vicepresidenta Región Noreste – SBEC.

**Palabras clave:** Educación Comparada. Campo de investigación y identidad. Avances, crítica y difusión.



---

## Um diálogo com a nova geração de comparatistas

---

### RBEC:

Esta é uma das entrevistas do ciclo de encontros que a Revista Brasileira de Educação Comparada (RBEC) se propõe organizar para o dossiê comemorativo dos 40 anos da Sociedade Brasileira de Educação Comparada (SBEC). Tivemos já o testemunho de um conjunto plural de investigadores, pessoas ligadas aos estudos comparativos, pessoas que não são comparatistas, mas que têm produção relativa ao exercício e a análise comparativa e, sobretudo, pensando que passamos 40 anos dessa sociedade e aqui, justamente hoje, temos duas colegas, acadêmicas, Vice-Presidentes da SBEC, Região Norte e Região Nordeste do Brasil.

São, por assim dizer, a nova geração de integrantes da SBEC. Agradeço muito à Maria Lília Imbriha Sousa Colares, como ela gosta de ser chamada, e à Maria Elisa Huber Pessina. Recebê-las aqui é uma alegria e, mais importante de tudo, é que nos interessa trazer a esta versão nova, a perspectiva de pesquisadoras que desde seus lugares institucionais olham para o exercício comparativo. Por isso, a proximidade acadêmica com esse objeto de estudo do cotidiano de seus afazeres institucionais, das suas pesquisas. Interessa-nos esse modo de olhar, desde seus lugares. Então, a palavra é de vocês, Maria Lília e Maria Elisa, um gosto que estejam conosco.

### **Lília Colares:**

Olá, primeiramente, quero dizer da enorme satisfação de estar aqui com Maria Elisa e o Professor Doutor Luís Enrique Aguiar. Sinto-me privilegiada por fazer parte das ações comemorativas ao aniversário da Sociedade Brasileira de Educação Comparada e, nesse sentido, eu quero dizer, como Vice-presidente da Região Norte, o quanto são relevantes os estudos comparativos, pois eles nos permitem conhecer e compreender melhor o nosso entorno e, desta forma, também nos conhecemos com mais intensidade.

O nosso olhar para as pesquisas comparadas é com o intuito de que possamos estreitar as relações construindo pontes que nos conectem. Nesse sentido, é fundamental participar da SBEC, junto com esse grupo de estudiosos, e verificar que estudos nessa área são relevantes, para que possamos compreender a sociedade de uma maneira ampla, sem esquecer as questões específicas. Isto porque a educação comparada requer muito esforço analítico, o que significa especial cuidado com as fontes e os indicadores, portanto, um trabalho acadêmico rigoroso de fundamental importância. Feitas as considerações gerais, vou agora falar um pouco sobre as pesquisas que tenho realizado e como vejo nelas interfaces com os estudos comparativos.

Antes, porém, considero muito importante dizer de onde venho, meu local de origem e formação inicial. Sou Doutora em Educação, Professora Titular da Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), Vice-Coordenadora do Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE), editora da Revista Exitus e integro uma Rede de pesquisa decorrente da participação no Grupo de Estudos e Pesquisas História, Sociedade e Educação no Brasil (HISTEDBR). Esse grupo constituiu-se de uma rede nacional que tem uma ramificação na UFOPA, denominada

HISTEDBR-UFOPA. E sou filiada na Sociedade Brasileira de Educação Comparada.

Tenho me dedicado a pesquisas no campo da educação integral e cada vez mais buscando identificar, conhecer e compreender as singularidades relativas a implantação e implementação das políticas. Obtivemos a aprovação de um projeto “guarda-chuva”, pela Capes, sobre a educação integral envolvendo três instituições (Unicamp, Unir e UFOPA). Daí o meu interesse em fortalecer o intercâmbio e as aprendizagens com colegas pesquisadores de educação integral na perspectiva comparada. A partir da pesquisa mais ampla, entendo que seja possível e, acima de tudo, mais consistente, realizar estudos comparativos inter- e intra-regionais. Estas ideias estão muito presentes depois de toda essa minha experiência junto com a Sociedade Brasileira de Educação Comparada.

### **Maria Elisa:**

Então, bom dia, é um prazer estar aqui com Luís e com Lília, batendo esse papo sobre as nossas pesquisas. Sou a professora Maria Elisa e hoje coordeno o Mestrado em Administração da Universidade Salvador, e sou também professora da Universidade Estadual da Bahia. E estou como Vice-Presidente da Região Nordeste da SBEC.

Também faço parte de outros espaços, onde eu tento aproximar as discussões da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento das discussões da Administração, principalmente da Gestão Pública e da Gestão Social. Então, por exemplo, hoje eu coordeno uma sessão temática no Encontro Nacional de Administração (EnANPAD) que acontece todos os anos em setembro. É uma sessão que discute organizações internacionais, Estado e políticas públicas no âmbito internacional. E, também, hoje faço parte da atual diretoria da Sociedade Brasileira de Administração Pública (SBAP).

Sou conselheira fiscal da atual diretoria da SBAP e estou tentando puxar essa discussão das interfaces da cooperação internacional para o desenvolvimento com a gestão pública. Na SBAP, estou tentando trazer mais essa discussão das interfaces com a administração pública, inclusive vamos ter um encontro agora, final de setembro, em Lisboa, para discutir a gestão pública no espaço lusófono. Trata-se de um momento que a SBAP se torna membro consultivo da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP). Então, a SBAP passa agora também a discutir a gestão pública no âmbito dos comunidade de países lusófonos.

Esta é, então, a minha agenda de pesquisa já há mais de 10 anos. Ela é fortemente associada a essa discussão da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Eu, na verdade, brinco que sou filha da cooperação, porque meus pais, eles vieram para o Brasil trabalhar com Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, e, assim, eu presenciei, ao longo da minha vida, uma série de mudanças que depois eu fui investigar isso academicamente. A princípio, eu estudei como que as mudanças nesse sistema de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento repercutiram na gestão de Organizações da Sociedade Civil (OSC) aqui no Brasil. Então, se a gente pensar nessas organizações internacionais, sejam elas não-governamentais ou governamentais, elas são parceiras históricas de importantes movimentos sociais, por exemplo, na América Latina, que lutaram pela redemocratização. Foram apoiadores financeiros e apoiadores políticos. Então, com as mudanças nessas organizações internacionais nas suas agendas, nas suas práticas, isso tem uma repercussão nas OSC brasileiras, com os parceiros locais.

Então, a princípio, eu estudo muito essa relação da cooperação internacional com as

organizações da sociedade civil aqui no Brasil. Depois eu passo a pesquisar essa relação das mudanças na cooperação internacional para o desenvolvimento com os atores públicos, com a gestão pública local. Então, só para dar um exemplo, o sistema de cooperação internacional para o desenvolvimento surgiu ali, após a Segunda Guerra, com a criação das organizações multilaterais, das organizações bilaterais. Mas ele não se mantém estático.

Então a sua agenda, o que eles entendem por desenvolvimento, o que eles pregam para os seus parceiros aqui nos países em desenvolvimento, isso mudou ao longo da história. Então a gente vai ver uma agenda mais desenvolvimentista no pós- Segunda Guerra; depois a gente vê aquela agenda dos ODM, dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio; e agora, com muita força, a agenda dos ODS, os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. E tudo isso é repassado para gestão pública, a nível federal, estadual, mas também municipal, cada vez mais municipal. E aí estou estudando essas interfaces, essas interlocuções, como esta relação molda a agenda da administração pública e as práticas da administração pública. E aí, o que é que isso dialoga com a educação, com Educação Comparada? Eu vou voltar um pouco para esse ponto depois, mas a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento se refere a várias formas de cooperação. E ela difunde, como eu falei, agendas e práticas. Então pode ser uma cooperação financeira, uma cooperação técnica, uma cooperação acadêmica... Então aí vai surgir uma série de críticas em relação a essa cooperação: até que ponto isso é uma forma de se impor crenças e práticas e agendas? E aí a gente vai ver que esta discussão começa olhando para a cooperação Norte-Sul, mas, mais recentemente, fortaleceu muito sobre a cooperação Sul-Sul também.

No contexto do chamado Sul-Global, o Brasil é um ator importante na cooperação Sul-Sul. E a gente vai ver que o Brasil também vai trabalhar com essa difusão de políticas públicas e de práticas, inclusive, no âmbito educacional também. E aí se fazer críticas também a cooperação Sul-Sul nesse mesmo sentido que havia as críticas a cooperação Norte-Sul. Eu pretendo também falar um pouquinho mais sobre isso.

### **Lília Colares:**

Eu venho me debruçando sobre o tema da educação integral como pesquisadora da UFOPA desde 2014. O que eu tenho percebido? Por meio dos estudos que realizo no grupo de estudos e pesquisas e juntamente com orientandas de PIBIC, Mestrado e Doutorado, acredito que a educação integral deve ser pautada na formação multidimensional e no respeito e valorização da diversidade. E dentro dessa perspectiva, vem se mostrando como um desafio. Aliás, o respeito e a valorização da diversidade, é algo desafiador para a educação brasileira como um todo. As experiências relacionadas à educação integral têm ocorrido principalmente por meio da ampliação da jornada. E nós entendemos que não se pode igualar a educação integral ao simples aumento do tempo na escola, pois isso não é uma garantia da efetivação de uma educação integral. Maior tempo de convívio, sem que haja a educação para tal, pode gerar inclusive maior probabilidade de ocorrência de situações indesejáveis.

Concordo que a jornada ampliada pode ser um aspecto facilitador para a implantação de um projeto formativo integral, todavia, é necessário ir muito além da organização do tempo na escola. Essa compreensão implica pensar a educação voltada para a formação humana em toda a sua dimensionalidade. Pois a formação integral está na

qualidade da educação oferecida, e não somente na ampliação do tempo.

Neste sentido, eu penso que se os professores tiverem maior clareza da diferença, haverá melhoria no processo. Os estudos que fazemos, comprovam isso. Quem elabora as políticas precisa também ter essa clareza, mas depende também da perspectiva de concepção de mundo de quem elabora a política. E neste sentido, precisamos fazer a contra hegemonia, desmistificando “verdades” que circulam e são aceitas pelo conjunto das pessoas passivamente e/ou sem receber questionamentos, e assim se tornam hegemônicas. Estudos comparativos podem desvelar a realidade, e oferecer subsídios teóricos para fortalecer a luta por uma verdadeira educação integral, e não somente pela ampliação do tempo na escola. Então entendemos que, por isso, se faz importante esse esforço coletivo, por meio do qual pesquisadores possam identificar avanços, e, também, os problemas, questionando os limites e apontando as possibilidades de superação, por exemplo, no que diz respeito aos recursos destinados para a implementação da educação integral.

### **RBEC:**

Aprovei a proposta, desde que nós falamos antes em *off the record*, como dizem os ingleses, e eu achei tão, tão interessante o fato de você fazer um exercício comparativo agora mesmo, à frente de todos nós: não é sobre a diferenciação que é, há um aumento do tempo, se é o aumento, é a educação integral? Esse processo, que é muito bonito, é comparativo, é você, não é a mesma coisa. Então esses processos de diferenciação estão sempre envolvidos nos cotidianos e, quando você coloca isso, você é a afirmação na pesquisa. Os processos de diferenciação entre que há, quando se implementam a política de educação integral, que separadas e aquelas que

constituem, não apenas um aumento do tempo. Diferenciada daquela. Essa é sensacional, já valeu.

### Lília Colares:

É exatamente isso que a gente tem que cuidar. Não é porque, como você defende também, que eu já vi algumas falas suas, alguns escritos sobre Educação Comparada?

É esse exercício comparativo que nos possibilita a rever a história, e a gente pode não repetir algumas falhas e a gente pode seguir adiante; não é não ficar, porque a educação todo o processo educativo, as políticas são muito lentas, porque a gente sempre está dando um passo para trás. Dá um passo para a frente, dois para trás. Aí, vem aquela questão da continuidade e da descontinuidade. E esse exercício comparativo é muito rico por isso, porque também eu entendo que a gente não pode perder de vista que a educação é um fenômeno social, que ela está vinculada também a um conjunto de contradições que permeiam as relações sociais. E desse modo, é esse trabalho aqui na Amazônia, da educação integral, que a gente faz, ela está entrelaçada e é determinada por condicionantes sociais externos. E, se a gente fizer esses estudos comparativos, mas inter-regionais, eu acho que vai nos ajudar a avançar nessa política, que a gente estuda uma política.

A nossa ideia com esses estudos é colaborar de alguma forma para que a gente avance, que a gente avance nos conceitos e

não fique apenas preocupado com essa questão da meritocracia, não é com a questão mercadológica que está aí por trás de algumas políticas que são implementadas; a educação comparada vai nos ajudar nisso também.

### Maria Elisa:

Estou daqui refletindo como que a educação também faz parte da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Então, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento envolve desde recursos das agências bilaterais que, historicamente, cooperaram com o Brasil, como a GIZ<sup>3</sup> da Alemanha, a NORAD<sup>4</sup> da Noruega, a USAID<sup>5</sup> norte-americana, além das multilaterais. A ONU e seus braços, o Banco Mundial... E a gente historicamente vê programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento em educação. Então, quando o governo alemão dá uma bolsa para uma universidade lá, pelo DAAD<sup>6</sup>, órgão da Alemanha que faz cooperação acadêmica, isso tudo entra aí as cifras. E aí, é importante abrir um parêntese de que isso é regulamentado, a Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, quando a gente fala assim, parece que é uma coisa difusa, mas, na verdade, é uma coisa bem sistematizada: historicamente surge após a Segunda Guerra Mundial, é coordenado pelo Comitê de Assistência ao Desenvolvimento (CAD)<sup>7</sup>.

É o CAD que contabiliza quanto cada país membro da OCDE doa. Existe uma meta,

---

<sup>3</sup> GIZ refere-se à Agência Alemã para Cooperação Internacional (German Agency for International Cooperation) [<https://www.giz.de/en/html/index.html>].

<sup>4</sup> NORAD refere-se à Agência Norueguesa de Cooperação para o Desenvolvimento (Norwegian Agency for Development Cooperation) [<https://www.norad.no/en/front/>].

<sup>5</sup> USAID refere-se à Agência Americana para o Desenvolvimento Internacional (United States Agency for International Development) [<https://www.usaid.gov/>].

<sup>6</sup> DAAD é o Serviço Alemão de Intercâmbio Acadêmico (Deutscher Akademischer Austauschdienst) [<https://www.daad.de/en/>].

<sup>7</sup> CAD é o órgão da OCDE, um fórum internacional dos maiores fornecedores de ajuda, incluindo 32 membros (Development Assistance Committee – DAC) [<https://www.oecd.org/dac/development-assistance-committee/>].

um compromisso, de que cada doador deve destinar 0,7% de seu PIB para programas de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, para ajuda internacional. A gente vai chamar ajuda internacional, pois ela é o principal instrumento de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Não vou entrar em detalhes porque alguns financiamentos, alguns empréstimos que tenha condições especiais também entram como Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Mas a Ajuda Internacional é, basicamente, doação. Ajuda Internacional a gente chama de uma espécie de política social a nível Internacional. Então existe essa meta de que cada país desenvolvido deve doar cerca de 0,7% de seu PIB para Ajuda Internacional.

Desses valores, uma parte é em cooperação acadêmica. Então o DAAD, que dá bolsas para mestrado e doutorado na Alemanha, por exemplo, seria um tipo de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento. Ou também, programas de melhorias de escolas em países em desenvolvimento. A gente pode entrar nos sites do Ministério de Relações Exteriores ou de Cooperação Internacional, como, no caso da Alemanha, no site do Ministério de Cooperação da Alemanha, o BMZ<sup>8</sup>, então a gente vai ter acesso aos programas de cooperação daquele país. Aí a gente vai ver uma série de programas voltados para o fortalecimento da educação básica, programas de cooperação acadêmica, de bolsas de intercâmbio, programas de pesquisa. Se a gente pegar o BEIS<sup>9</sup>, por exemplo, que é a agência britânica de cooperação internacional, tem muito programa de pesquisa conjunta, financia-

mento de pesquisa no Brasil, na área de saúde e em outras áreas.

O que é que a gente percebe, que eu estava refletindo? Nos últimos anos, como eu falei, essas agendas mudam. É tudo muito acordado no âmbito da OCDE e do CAD. A OCDE está ali, acompanhando e divulgando os valores. A ONU também participa da discussão das agendas. Então, em 2000, ela lança os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que tinha como característica uma centralidade da agenda de combate à pobreza, na qual podíamos observar que a educação tinha um papel central também nos programas e como destino dos recursos. Em 2015, termina o período do ODM e começa o tempo dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e aí a gente vai ver com muita centralidade à questão do meio ambiente, mudanças climáticas, adaptação e mitigação se convertem em uma preocupação muito grande e destino do financiamento de ajuda internacional, da cooperação internacional para ajudar os países em desenvolvimento nessa transição para o desenvolvimento sustentável. A fala de Lula na última Conferência das Partes (COP – *Conference of the Parties*) pedia, por exemplo, que se aumentasse esses financiamentos para o fundo Amazônia.

Então, no contexto destes grandes programas voltados para o desenvolvimento sustentável, a educação ela perde a força que tinha na agenda dos ODM. E aí fiquei com essa provocação: investigar a educação nos programas de cooperação internacional Norte-Sul no contexto da Agenda 2030. Eu estou falando da cooperação Norte-Sul

---

<sup>8</sup> Em alemão, *Bundesministerium für wirtschaftliche Zusammenarbeit und Entwicklung*. Em geral, os países doadores fazem as políticas de cooperação Internacional através do Ministério de relações Exteriores. São poucos os que têm um Ministério de cooperação Internacional, como a Alemanha tem [<https://www.bmz.de/en>].

<sup>9</sup> BEIS era o Departamento de Negócios, Energia e Estratégia Industrial (Department for Business, Energy & Industrial Strategy). Poderá encontrar elementos de cooperação internacional também na Estratégia de Educação Internacional do Reino Unido (International Education Strategy: global potential, global growth) [<https://www.gov.uk/government/publications/international-education-strategy-global-potential-global-growth/international-education-strategy-global-potential-global-growth>].

porque é a tradicional, é aquela que vem desde a Segunda Guerra Mundial, e que tem maior volume. Esse volume de recurso robusto, essa regulamentação bem definida pelo CAD, com toda contabilização e estatísticas muito bem calculadas. Nas relações internacionais consideram-na, inclusive, um *softpower*: quem é que está cumprindo o seu papel social a nível internacional? Quem está cumprindo a meta de 0,7% do PIB, isso é relevante, sabe?

Então, qual o lugar que a educação está hoje ocupando nessa agenda prioritária, na Agenda 2030? A impressão que eu tenho, e eu passeio bastante nos sites das principais agências de cooperação, principalmente os bilaterais, é que, se você pega a Alemanha – que eu estudei bastante por causa do meu mestrado e que depois acabou virando um livro – há um novo documento orientador, com o planejamento da cooperação alemã até 2030, 90% são programas voltados para o meio ambiente. Eu realmente gostaria de ver como que a educação, como que é a agenda da educação está posicionada nesses programas. Como estava, e como está agora? Quem sabe vai ser uma linha de pesquisa, Luís? Eu vou ver se eu consigo um mestrando que abrace isso comigo.

Então, eu estou falando da cooperação tradicional. O Brasil, historicamente, é um receptor da cooperação Norte-Sul. Então, mais uma vez, se a gente pega ali a nova estratégia da Alemanha até 2030, ela está saindo de vários países da América Latina que eram parceiros históricos. Saiu da Nicarágua, saiu de Honduras, Haiti, El Salvador, Guatemala, parceiros históricos da cooperação alemã e passou a focar no que eles chamam de parceiros estratégicos. São parceiros maiores e o Brasil está ali no status de parceiro estratégico. Apesar de ser um país sempre arriscando sair da lista do CAD, porque o CAD dentro dos esforços de regulação define a cada 2 anos que países

estão aptos a receberem ajuda internacional, o Brasil já quase saiu algumas vezes desta lista. No último governo Lula, por exemplo, o Brasil quase saiu dessa lista porque foi atingindo um nível de desenvolvimento que levaria a esta saída.

E mesmo assim, o Brasil continua como um parceiro, e parceiro estratégico. O Brasil, na Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, ainda mais agora com essa agenda dos ODS do meio ambiente, é um player muito importante nessa agenda da economia verde e do desenvolvimento sustentável. Então, o Brasil é um grande receptor, mas também é um importante doador. Ofertamos programas de cooperação em várias agendas e, também, na educação. Se a gente pensar as bolsas de pesquisas que o governo brasileiro fornece – os programas PEGG, da graduação, ou PEC PG, de pós-graduação, que são bolsas para estudantes, principalmente de países do continente africano virem estudar em universidades brasileiras. Ou então, até mesmo criação de universidades, como foi o caso da criação da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Tanto no Rio Grande do Norte quanto aqui na Bahia a gente tem estas universidades criadas basicamente para receberem alunos do continente africano. Existe muito reconhecimento da importância dos resultados desses programas da cooperação brasileira em educação. É principalmente no nível da educação superior. Esses alunos vêm aqui, estudam aqui, voltam para os seus países e passam a ocupar cargos políticos, de direção política, direção em organizações importantes nos seus países. Eu acho que isso é uma coisa muito interessante também para tema de pesquisa: esses egressos, onde é que estão, que cargos ocupam hoje, e como isso também fortalece a relação com o Brasil. Isto porque a cooperação acadêmica tem muito esse papel. Um estudante

brasileiro, por exemplo, que vai estudar na Alemanha, ele volta para cá, mas ele fica com vínculo com a Alemanha. Então, assim, gera-se esse vínculo também cultural, uma forma de identidade que se constrói em relação àquele país onde você passou alguns anos estudando e vivendo. Mas, por outro lado, existem algumas críticas também. Eu já ouvi crítica sobre o Brasil tentar ensinar um estudante de um país continente africano como que funcionava África, a partir da perspectiva dos nossos pesquisadores, da nossa leitura, de fora da realidade deles.

### **RBEC:**

A seguir, pensem um pouquinho para ir arredondando as questões que estamos tratando. Tanto para Lília quanto para Maria Elisa, que participam de estratégias de cooperação interinstitucional. E olhem também para o fenômeno da internacionalização dos custos. Não é a cooperação interinstitucional. É a internacionalização como um fenômeno impactante da avaliação das instituições, certo? Essas duas questões envolvem aquilo que você, Maria Elisa acaba de dizer, digamos, se você é um e o outro.

A comparação é induzida a partir desses movimentos, tanto da cooperação interinstitucional quanto da internacionalização, é também um convite intenso de várias dimensões da comparação, a comparação de rotina de pesquisadores. Lília esteve como pesquisadora interinstitucional, mas ela conhecia a Unicamp, mas a Unicamp foi para lá com um Dinter<sup>10</sup> e mudamos tanto nós quanto vocês. Mudamos pela comparação, mudamos as rotinas, mudamos rotinas de pesquisa, mudamos rotinas de produção e, sobretudo, mudamos institucionalmente, porque nos adequamos em termos institucionais para ficarmos em sintonia.

Unicamp e UFOPA. Temos, inclusive, formas de trabalho que a UFOPA tem também: é específica e são setores agora de cooperação, no formato de Escritórios e Setores específicos da internacionalização também. Por quê? Porque a demanda da avaliação de um doutorado, por exemplo, passa fundamentalmente pelo último requisito da avaliação da Capes, que é o da internacionalização. Isto é, estabelecer relações comparativas e ganhar com isso.

É, no caso específico, Maria Elisa, do que você nos levantava a um itinerário longo, também que você descreveu de interações comparativas: seja dos países africanos conosco, seja nós (Brasil) com os alemães, os alemães conosco. Há um exercício comparativo implícito.

E quando a Lília foi para a Universidade Nacional de Córdoba, percebeu, por exemplo, que as bibliotecas lá são muito diferentes das nossas bibliotecas, porque as instituições têm muito mais tempo de existência, porque são de outra natureza, culturalmente e, também, quanto ao conteúdo, a forma de fazer pesquisa é diferente. Todos, nalguma medida, estão fazendo comparações o tempo todo, então, são como comparações implícitas, tanto para a internacionalização que implica. Comparação, quanto da cooperação interinstitucional. Vamos falar disso: como é que veem essa questão?

### **Lília Colares:**

Essa questão é bem pertinente, agora falando enquanto coordenadora adjunta do programa de pós-graduação em educação da UFOPA, posição que me permite verificar que um dos pontos mais frágeis é sempre a internacionalização.

---

<sup>10</sup> Dinter refere-se ao Programa de Doutorado Interinstitucional.

E os programas estão sempre sendo requeridos e ao mesmo tempo atentos para o olhar da internacionalização que implica a cooperação interinstitucional. Elas são extremamente ricas, por vários fatores. O Professor Aguilar pontuou, por exemplo, a questão da cooperação interinstitucional com um Dinter, que tivemos na UFOPA com a Unicamp. Quando o Dinter iniciou, a UFOPA ainda não tinha aprovado o Mestrado em Educação. Foi a partir do Dinter que fomos amadurecendo e isso nos possibilitou a aprovação do programa em Educação que recentemente recebeu o aval para ofertar turmas de doutorado. A vinda de professores da Unicamp e a ida dos estudantes para vivências lá geraram integração efetiva, troca de ideias, socialização do fazer pesquisas. O fato de professores da Unicamp virem para Santarém ministrar aulas gerou a oportunidade de conversas mais amplas a partir da imersão no ambiente local e o movimento de mão dupla, uma vez que também temos o que dizer no processo de intercambiar conhecimentos com colegas professores de outras instituições. Mesmo com as limitações financeiras na pós-graduação, foi possível realizar encontros presenciais com vários pesquisadores e estudantes dos programas de pós-graduação por meio desse tipo de cooperação. Isso nos enriquece. Lembro de quando recebemos um dos professores da Unicamp e o levamos para conhecer o rio Tapajós. Um moço que estava nos levando de barco disse: – *Você, está no rio mais bonito do mundo.* O professor logo observou em forma de pergunta: – *Quantos rios do mundo você conhece?* E a conversa fluiu para a compreensão de que a percepção valorativa necessita de mediações para que possa ter sustentação.

Não basta afirmar comparativamente sem estabelecer pontos sobre os quais a comparação se realiza. Portanto, o olhar externo contribui efetivamente para o estabelecimento de parâmetros comparativos. Essas relações nos fazem pensar a partir de nossa realidade, fazendo conexão com o mundo. As relações fazem a nossa mente ficar mais aberta, porque, às vezes, estamos tão imbuídos das nossas certezas, que esquecemos que tem outros arredores. E essas cooperações são importantes para isso.

Quero destacar também, como fruto dessa cooperação interinstitucional aqui na UFOPA, o projeto as experiências pedagógicas das políticas de educação integral na Amazônia, que foi uma rede de pesquisa e formação acadêmica entre Unicamp/Unir e UFOPA<sup>11</sup>. Esse projeto teve duas instituições associadas: a Universidade Federal de Rondônia/Unir da Região Norte e nós aqui do Pará, a UFOPA. Então, só para vocês verem como isso mudou a nossa rotina de produção, nós tivemos 51 participantes das três instituições, incluindo estudantes e professores. Fruto dessa pesquisa guardachuva, nós tivemos, somente na UFOPA, 10 subprojetos e 50 dissertações e teses defendidas entre as três instituições. Só da UFOPA foram 18 dissertações defendidas e mais de 200 publicações (incluindo livro, capítulo de livro, artigos, resumos). Esses são números que não são apenas abstratos, são concretos. Tanto que, depois desse projeto, passei a ser bolsista produtividade CNPq com a temática de pesquisa ligada à Educação Integral. Para o terceiro projeto produtividade, estou pensando propor a temática já direcionada aos estudos comparativos inter- ou intrarregionais. Por enquanto, estou amadurecendo a ideia.

---

<sup>11</sup> Projeto financiado pelo Programa Nacional de Cooperação Acadêmica (Procad), no Edital n.º 071 de 2013, o PROCAD Capes, e teve como coordenadora geral de instituição proponente (Unicamp) a professora Débora Jeffrey, que inclusive é Vice-Presidente Sudeste da SBEC.

A cooperação interinstitucional é muito importante, quando bem dimensionada. Uma outra questão, entendemos que a partir de tudo que já falei aqui sobre as pesquisas, creio que seja de suma importância o exercício da cooperação em nosso país. Defendo que é necessário ampliar o estudo na área da Educação Comparada devido a dimensão territorial do Brasil. Eu proponho estudos inter-regionais entre municípios, regiões menores, além dos estudos comparativos das regiões consagradas na nomenclatura do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), tendo como um dos focos as disparidades regionais. É necessário, por exemplo, para nós, pensarmos a região Norte tanto em suas singularidades quanto na totalidade complexa na qual está inserida desde o processo de colonização efetivado pelos portugueses. Os indicadores revelam que a região Norte apresenta em números absolutos e, também proporcionalmente, uma grande defasagem em relação a outras, em todos os campos, porém mais ainda na oferta de cursos superiores e de pós-graduação. Na tentativa de “compensar” a discrepância e reduzir a desigualdade, têm sido destinadas cotas a pesquisadores para que integrem equipes. Mas queremos e cobramos mais que isso. Que sejamos protagonistas e não apenas apêndices no quesito das cotas. A gente precisa refletir sobre isso. Essa questão, a propósito, fez-me lembrar de um texto que está publicado na edição inaugural desta revista, escrito pelo professor Pedro Goergen, em 2018. É um texto chamado *Educação Comparada: uma disciplina atual e obsoleta?* E, desde àquela altura (sua primeira versão foi publicada em português na década de 1990, e ele foi republicado em 2018), o texto já explicitava que é muito mais factível orientar as pesquisas na perspectiva comparada, priorizando a realidade latino-americana (Goergen, 2018). E vou para além disso. É muito importante considerar

nossas questões inter-regionais, evidente, sem desconsiderar os trabalhos comparativos entre Brasil, Uruguai, Argentina, e outros países. Mas, sem descuidar de comparar o próprio Brasil, para entendermos e enfrentarmos as grandes e graves discrepâncias. Considerando que temos um país que é tão diverso. Então penso que, se o professor Pedro Goergen fosse perguntado hoje, ele coadunaria em trazer essa discussão inter-regional também.

Ainda, quanto à internacionalização, uma breve reflexão em torno da pandemia, aquele momento doloroso para a população do mundo e que, contraditoriamente, potencializou as possibilidades de usarmos os recursos tecnológicos para as nossas atividades acadêmicas, em especial as reuniões que requerem a participação de colegas que se encontram em locais distantes uns dos outros. A plataforma Google Meet™, por exemplo, entre outras, passou a ser usada largamente. Inclusive possibilitando estarmos fazendo essa entrevista online, pois, se fossemos depender do financeiro das instituições, provavelmente não teríamos como estar reunidos presencialmente. A distância não nos impediu de estarmos conversando, trocando essas ideias. E, para a concretização da internacionalização, penso que grande parte das ações podem ser realizadas por meios virtuais. Todavia, não dá para negar que, em muitos casos, tornam-se imprescindíveis e insubstituíveis os encontros presenciais.

Entendo que o caminho da internacionalização da ciência tem como grande aliado o método comparativo, tanto para as trocas criativas, quanto para a produção de novos conhecimentos, o que inclui a elaboração de políticas educacionais. E neste sentido, entendo que se faz necessário também pensarmos a respeito dos métodos, dos conceitos e categorias de análises. E mais uma vez, os estudos comparativos se

mostram essenciais. A rigorosidade no fazer científico continua sendo um diferencial do “achismo” que domina o senso comum. Então se faz necessário refletir sobre criar conhecimentos comparatistas a partir da história, entendendo-a enquanto movimento constante e contraditório. Penso que, dessa forma, poderemos renovar e ampliar as pesquisas na área da educação comparada.

### **RBEC:**

Muito bom isso! Essa reflexão proposta dá força aí ao conteúdo de Maria Lília... Vamos lá, Maria Elisa. Também acho muito Maria, sim “as Marias”.

### **Maria Elisa:**

É, eu também achei uma pergunta muito pertinente, Luís. Porque a gente vê, inclusive, um movimento dos órgãos reguladores, não só do Brasil, mas no mundo todo, de incentivo da cooperação interinstitucional e internacional. E isso é, com certeza, enriquecedor para os dois lados.

Eu estava pensando aqui, a gente também, no nosso mestrado da Universidade Salvador, a gente tem agora um Minter<sup>12</sup> com uma instituição de Campina Grande, no qual recebemos alunos do Nordeste todo. Temos alunos de várias cidades do Nordeste e como é enriquecedor para a gente ter contato com essas realidades e comparar as realidades.

Estamos em um contexto que a gente não pode perder de vista, no qual o local volta a ter muita centralidade. Aí eu volto um pouco para a agenda da cooperação internacional. Havia uma crítica que os ODM, os objetivos do milênio, eram muito *top-down*, ou seja, seriam pensados pelas organizações internacionais e impostos para os agentes locais. A partir dessa crítica se tenta reverter isso, passando-se a defender o que eles chamam

de localização dos ODS, ou territorialização dos ODS. Ou seja, na discussão da agenda 2030, os atores locais voltam a ter uma relevância que víamos muito lá nos estudos da década de 90, que tratavam também participação etc. A gente tem visto voltar com força a importância do local e isso reflete no incentivo às cooperações interinstitucionais. A gente vai ver a nível de Brasil, por exemplo, o incentivo que a própria CAPES tem dado.

Tem incentivado, por exemplo o fortalecimento do *strictu sensu* no Nordeste, no Norte, a interiorização do *strictu sensu*. Então, o desenvolvimento local dessas localidades que precisam de uma atenção especial na promoção do seu desenvolvimento para um desenvolvimento equitativo do Brasil, das regiões brasileiras. E quando a gente faz essas relações, ganham os dois lados.

Porque, se tem gente do Sudeste estudando o Norte, não dá pra fazer isso sem conversar com o Norte, com pesquisadores do Norte, não é? E precisamos formar pesquisadores no Norte para poderem estar fazendo essa interação, nesses estudos. A mesma coisa na lógica internacional, há um incentivo evidente. Quando eu sou procurada por uma universidade estrangeira, uma universidade de Portugal, uma universidade da Argentina, querendo fazer parceria, eu sempre pergunto, vocês também têm esse incentivo, essa pressão pela internacionalização? Eles dizem sim, são unânimes. Eles dizem que precisam, tanto quanto nós, estabelecer essas parcerias internacionais, e por quê? Porque sabe-se que muito se ganha com essa interação, e com essas comparações que são realizadas. E eu estava aqui pensando, como é complexo, não é? A comparação... Se você pegar uma instituição da Alemanha para trabalhar com a instituição do interior do Nordeste, então quanto é

<sup>12</sup> Minter refere-se ao Programa de Mestrado Interinstitucional.

necessário você se desprender de valores seus e você se abrir para outros saberes, para outras territorialidades, para outras temporalidades.

Então é, sem dúvida, um processo muito enriquecedor, sabe? Tanto as relações interinstitucionais, pensando dentro do país, das regiões – afinal, temos vários Brasis –, quanto essa cooperação internacional. Acho que a CAPES está sendo muito feliz em priorizar e fortalecer o desenvolvimento do *strictu sensu* no Norte, no Nordeste e nos interiores. Formando pesquisadores dessas regiões. A gente sabe sobre a região amazônica, por exemplo, a dificuldade que existe de pesquisadores irem viver lá e se estabelecerem lá. Mas por que não formar pesquisadores naquela região? Mas não só isso, como também esse fortalecimento da cooperação internacional entre instituições que a gente vai ver que, a princípio, não são todas universidades que são cobradas por isso. Os programas da Unicamp, acho que por serem mais consolidados, são cobrados por isso, mas, os programas menores, eles são muito mais cobrados na sua influência no desenvolvimento local, seu grau de inserção local. Mas a gente vai ver que isso acaba também atraindo parceiros, inclusive, internacionais, pessoas que querem cooperar com a realidade da gente. Penso na Amazônia, principalmente.

Ela tem sido alvo de interesse de cooperação internacional entre instituições de pesquisa e de ensino, não é? Porque agora é, como eu falei, uma região que tem bastante visibilidade dentro da agenda da economia verde e do desenvolvimento sustentável. Então essa cooperação interinstitucional acho que fortalece a ambos os lados: as instituições mais robustas, mais consolidadas, e as instituições menores, com certeza. Lembrando que as instituições menores estão inseridas em realidades que têm sido alvo de interesse de organizações

maiores, nesse contexto da valorização e promoção do desenvolvimento local.

### **RBEC:**

Estamos avançando, aí depende de como vocês se sintam. Podemos ir? Ir nos encaminhando para esse encerramento e considerações finais, dependendo dos textos que vocês tenham pensado.

Quando vocês estão falando destas questões, por serem de uma geração nova, eu achei tão interessante porque há dois autores que dialogam com o que vocês dizem, como se vocês estivessem a relatar suas obras: António Nóvoa, que fala disso que vocês estão falando, da importância de refletir comparativamente tanto as questões de desenvolvimento local, quanto as grandes construções supranacionais, por onde circula a comparação o tempo todo; e Jürgen Schriewer, que aponta o papel da história, o quanto ela é imprescindível à comparação (e.g., Nóvoa, 2018; Nóvoa & Yariv-Mashal, 2003; Schriewer, 2012, 2018).

Porque é precisamente desse distanciamento que houve entre a comparação e a história de onde havia uma falta de um elo temporal. Não é um elo temporal da comparação. Quando a gente compara, por exemplo, este governo com o anterior, já entrou na história, certo? Entram na linha de tempo... E quando a gente faz ainda resgates mais importantes, toda pesquisa precisa do método histórico. E quando é comparativo, é preciso pensar junto: método histórico, método comparativo, porque isto de se organizar e ver a história não pode estar separada. Exercício comparativo porque, quando estamos no tempo, involuntariamente, comparamos o que era antes, o que hoje.

Incrível como esse conhecimento brota no campo, conhecendo ou não estes autores. É importante porque, como eu falo em uma

nova geração e suas reflexões transitam pelos mesmos caminhos que já transitaram em outros autores. E deixo aberto agora o espaço para vocês irem arredondando as ideias, a caminho de finalizarmos nossa entrevista.

### **Lília Colares:**

Reconheço que seja muito interessante citar esses dois autores e eu pretendo, sim, ter acesso. Mas, antes de finalizarmos, quero te fazer uma pergunta, porque eu penso que cabe nesse diálogo. Você pode deixar umas reflexões sobre a questão metodológica dos estudos comparativos?

### **RBEC:**

Sim, eu acho que uma reflexão sobre a questão metodológica é muito importante. Por exemplo, ontem uma pesquisadora estava discutindo um pedacinho do método comparativo, que é o exercício da justaposição; que significa muito simplesmente, sim, a semântica. Se não colocar uma coisa do lado ou em cima da outra para ver em que a é, o que há de semelhante, o que há de diferença? Esse exercício, como a Maria Elisa diz, esse serviço da comparação, quando a gente compara a instituições pela cooperação internacional, a gente somente vê quais são as nossas diferenças fazendo essa justaposição: na Alemanha é assim, aqui não é assim, e vice-versa.

Quando vamos ligar para a Córdoba e participamos de uma banca de doutorado lá, nós vimos que era uma coisa terrível do ponto de vista do exercício prévio da pesquisa, por exemplo, como a questão da qualificação. Se aí falamos assim por justaposição, e perguntamos: – *Vocês têm qualificação?* E, lá falavam que não. Então, por isso é um exercício muito difícil, defender sem qualificar, por isso é que era tão forte, porque só tinha uma instância. Então a justaposição, mas aqui eu digo que é um

debate muito forte, mas do que na qualificação, e parecia uma disputa. Palavra é esta, porque parecia que não havia um momento antes de lustrar o candidato. Como seria um momento posterior? Então, isso é um exercício de justaposição e o método, como disse Lília. O método supõe rigor. Quando o professor Dermeval Saviani diz que a LDB, a última, devia ser olhada desde o sentido de lei minimalista, por exemplo, o que que ele está dizendo? Ele está dizendo algo? Está comparando, não é? Esse exercício é um exercício muito importante. O exercício de justaposição, ele colocou uma lei com a outra (Saviani, 2016). E, aí, aparecem as diferenças. O método clássico é de comparação, suponho, esses movimentos de *descrever, justapor, interpretar e comparar*, mas esses são *quatro movimentos*. Então, por exemplo, se você observar em Saviani o método histórico, isso ganha uma densidade importante.

Como disse, Maria Lília, isso ganha uma complexidade, porque a leitura é feita a partir de autores que tem compromisso com o método dialético histórico. Ou seja, essa é a grande teoria que está cortando como uma grande faca esses momentos do medo. Você pode ter militância? Dentro do conjunto das *teorias do consenso*, que aceitar as coisas da sociedade como elas existem. Descrever, comparar e pronto? Tem gente que não, mas tem gente que parte para as *teorias de conflito*. Que é quando você começa a fazer essas análises e descobre que nessa sociedade historicamente pensada, há coisas que suscitam conflito e que não pode se esconder. Daí que, quando a gente compara, é mais estado e mais mercado, períodos em que há mais mercado e mais estado, a gente pode dizer simplesmente existe isso, há menos gastos, mais gastos, e, quando você se compromete com uma teoria de conflito, você diz não.

O mais mercado produziu pobreza. Produção a exclusão produziu é morte. E, então, ataca-se na posição de conflito, pois é isso mesmo: a teoria e o método, rigorosamente falando sobre Educação Comparada, precisam dessas opções.

Quando vocês disseram que a comparação deve nos levar a essa internacionalização, até o *locus* menor (que é o do *município*), é porque aí também é um movimento que se leva a usar melhor os olhos e ver o que deu certo, o que deu errado... Isto é comparação. E esse é um exercício longo. A gente tem gente que quer fechar os olhos e não quer ver, e tem gente que vê e fala, então aí há um grande divisor de águas entre teoria e método. Método como método, que de quem faz comparação, é uma coisa que sempre a gente faz agora, praticamente já é rotina. Todas as pesquisas comparativas que a gente patrocina, está coordenando, começam com a leitura histórica do assunto. E aí, como estamos? Comparando dois países, três países, quatro países, cinco países? Comparando as histórias, podem ser sincrônicas, ou não? E aí, onde está a riqueza disso? O que precisa dizer?

Acabamos de analisar o governo comparar Chile de 2019 com Brasília de 2019. Não tem nada a ver uma coisa com a outra, porque aqui estava Bolsonaro e lá estava um presidente socialista. Então você tem disparidades muito grandes e isso você pode ou silenciar ou comparar os dados e estatísticas, não? Mas você tem que dizer que ambos os governos tinham perfis históricos e ideológicos diferentes. Por isso, conduziam suas políticas dessa maneira. Se não, não faz sentido a interpretação dentro da comparação. Você pode ajustar, pode fazer bonito? Não, você tem que interpretar, porque na interpretação você define sua posição como um investigador. Não sei se fui muito longe.

### **Lília Colares:**

Muito boa a reflexão, além de elucidativa, remete para outras perspectivas. Então, já partindo para a finalização, quero agradecer essa oportunidade de diálogo e dizer que é uma honra estar fazendo parte das ações comemorativas da SBEC. Acredito que a cooperação interinstitucional e, também, a internacionalização, tal como foram destacadas neste diálogo, são pontos de referência para fazermos estudos comparativos e ampliarmos as relações com outros países, mas também internamente com outros municípios, outros estados e obtermos aprendizados mútuos. Acho isso fundamental para que possamos enriquecer o exercício da cooperação e para que tenhamos condições de fazer análises comparativas, considerando o campo do método histórico. É nessa perspectiva que eu penso que podemos caminhar e dar mais amplitude de vida à nossa sociedade.

### **RBEC:**

Muito bom, Lília. Muito agradecido, muito agradecido mesmo pela sua presença. Vamos, vamos passar para a Maria Elisa.

### **Maria Elisa:**

Luís, eu quero agradecer esse rico diálogo. É uma honra estar chegando na SBEC nos seus 40 anos, dizer que, para mim, é muito simbólico, pois, nesse ano, também fiz 40 anos, então nasci junto com a SBEC e me considero parte da próxima geração da associação. Considero-me caminhando para uma maturidade de pesquisa, maturidade acadêmica, mas a SBEC, com a mesma idade, é uma associação já muito amadurecida, pelo que eu venho acompanhando na sua área. Dentro do que pesquiso, gostaria de me colocar à disposição para ajudar mais. E eu vejo que eu vou aprender muito com vocês!

Levar essa lógica dos estudos comparativos, por exemplo, para os estudos da cooperação internacional. Eu fiquei pensando aqui em várias possibilidades.

E é isso, não é? A comparação é isso. Comparação entre campos de estudos também. Da minha parte, eu pretendo trazer para estudos da comparação as pesquisas da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, um olhar mais cuidadoso para como que a agenda da educação está dentro da cooperação internacional e, ao mesmo tempo, utilizar dos métodos dos estudos comparativos também nas discussões sobre cooperação internacional, sobre difusão de políticas públicas, como ocorre na cooperação técnica, por exemplo. E é isso. Muito obrigada. Eu vou aprender muito, com certeza e espero também poder ajudar nos próximos anos da SBEC.

#### **RBEC:**

Muito bom, eu que agradeço muito a sua participação, Maria Elisa.

E fundamentalmente, todas as contribuições que vocês trouxeram, mesmo que elas não sejam ainda, o pensamento é intencional. Eu estava olhando para as suas falas e, dizendo assim, como é interessante ver a construção dessa reflexão que vocês fizeram, que nos leva a pensar. Eu pensava,

quando Lília falava, pensava assim o que é ou não é necessário que se faça na Educação Comparada. Basta fazer história comparada que já está bom. Porque exatamente é isso, certo? História comparada é uma riqueza enorme. E, para o caso de Maria Elisa, também, os exercícios de internacionalização, que precisam, talvez, de uma área de fomento dos estudos comparativos institucionais, que já está bom. Nós, na Unicamp, criamos um escritório sobre isso. É um escritório de cooperação, internacionalização. E a única finalidade é isso, ela faz só isso, ensina como fazer, como fazer uma relação entre institucional, como cooperar. Você chega lá, está o manual, está aqui. Siga isso aqui, que vai dar certo. O que que significa isso? Exercício comparativo, porque nós copiamos desenvolvimentos institucionais e os colocamos a serviço nosso. Como todas as pessoas que veem no outro algo que podem enriquecer, algo que pode dar comparação, enriquecer, e é isso. Eu agradeço infinitamente. A riqueza desse movimento e, também, como vocês se comprometeram a vir numa sexta-feira de manhã a essa entrevista. Agradeço muito em nome da Revista Brasileira de Educação Comparada e, também, em nome da história dos 40 anos da Sociedade Brasileira de Educação Comparada.

## **Referências**

---

- Assié-Lumumba, N. T. (2017). The Ubuntu Paradigm and Comparative and International Education: Epistemological Challenges and Opportunities in Our Field. *Comparative Education Review*, 61(1), 1–21. <http://doi.org/10.1086/689922>
- Castiano, J. (2010). *Referenciais da Filosofia Africana: em busca da intersubjectivação*. Ndjira.
- Dussel, E. (2000). Europa, Modernidad y Eurocentrismo. In E. Lander (Comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas*. (pp. 41–53). CLASCO; UNESCO. Disponível em [http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708040738/4\\_dussel.pdf](http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/clacso/sur-sur/20100708040738/4_dussel.pdf)

Originalmente publicado em Dussel, E. (1993). Europa, Modernidad y Eurocentrismo. *Revista de Cultura Teológica*, (4). 69–81. <http://doi.org/10.19176/rct.v0i4.14105>

Goergen, P. L. (2018). Educação comparada. *Revista Brasileira de Educação Comparada*, 1(1), 1–18. <http://doi.org/10.20396/rbec.v1i1.13533>

Nóvoa, A. (2018). Comparing Southern Europe: the difference, the public, and the common. *Comparative Education*, 54(4), 548–561. <http://doi.org/10.1080/03050068.2018.1528781>

Nóvoa, A., & Yariv-Mashal, T. (2003). Comparative Research in Education: a mode of governance or a historical journey? *Comparative Education*, 39(4), 423–438. <http://doi.org/10.1080/0305006032000162002>

Saviani, D. (2016). *A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas* (13ª ed. rev. atual. ampl.). Autores Associados.

Schriewer, J. (2012). Editorial: Meaning constellations in the world society. *Comparative Education*, 48(4), 411–422. <http://doi.org/10.1080/03050068.2012.737233>

Schriewer, J. (2018). *Pesquisa em educação comparadas sob condições de interconectividade global* (G. Korndörfer, & L. M. Sander, Trans.). Oikos.